

CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR

ATA DA 176ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CODEFAT

DATA: 21 de agosto de 2024.

LOCAL: Sala de Reuniões, 4º andar, sala 433, Bloco F, Esplanada dos Ministérios.

PARTICIPANTES: Luiz Marinho, Presidente do Codefat e Conselheiro Titular Representante do MTE; Carlos Augusto Simões Gonçalves Júnior, Secretário-Executivo do Codefat; Sandro Pereira Silva, Secretário-Executivo do Codefat substituto; Rafael de Azevedo Ramires Leão, Conselheiro Titular Representante do MF; Eduardo Lourenço Pires da Rosa, Conselheiro Suplente Representante do BNDES; Quintino Marques Severo, Conselheiro Titular Representante da CUT; Sérgio Luiz Leite, Conselheiro Titular Representante da Força Sindical; Francisco Canindé Pegado do Nascimento, Conselheiro Titular Representante da UGT; Joílson Antonio Cardoso do Nascimento, Conselheiro Titular Representante da CTB; Geraldo Gonçalves de Oliveira Filho, Conselheiro Suplente Representante da NCST; Sandro Jadir de Albuquerque, Conselheiro Suplente Representante da CSB; Virgílio Nelson da Silva Carvalho, Conselheiro Titular Representante da CNTur; Caio Mário Alvares, Conselheiro Titular Representante da CNT; Mário Sérgio Carraro Telles, Conselheiro Suplente Representante da CNI; Carlos Alberto D'Ambrósio, Conselheiro Suplente Representante da CNC; e, Rhuan Rafael Lopes de Oliveira, Conselheiro Suplente Representante da CNA.

CONVIDADOS: Thalles Mendes Ferreira, Presidente do FONSET; Francisco Macena da Silva, Secretário-Executivo do MTE e Conselheiro Suplente Representante do MTE; Victor Pellegrini Mammana, Secretário-Executivo Adjunto do MTE; Ricardo Augusto Panquestor Nogueira, Consultor Jurídico do MTE; e, Magno Rogério Carvalho Lavigne, Secretário da SEMP/MTE.

1 Aos vinte e um dias do mês de agosto de dois mil e vinte e quatro, teve início a Centésima
2 Septuagésima Sexta Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
3 (Codefat), sob a direção do Presidente do Codefat e Conselheiro Titular Representante do MTE, Sr.
4 Luiz Marinho. I – **ABERTURA:** O Presidente cumprimentou a todos e, em seguida, destacou que, do
5 ponto de vista da economia e do emprego, o País se encontrava em um bom momento. Observou que
6 o controle da inflação era uma necessidade para todos os segmentos da sociedade, mas que não
7 poderia ser em prejuízo da economia. Na sequência, passou a palavra ao Secretário-Executivo do
8 Codefat substituto para a condução dos trabalhos. O Secretário-Executivo do Codefat substituto, Sr.
9 Sandro Pereira Silva, passou ao **tópico II – ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO: ITEM 1 - Ata da 175ª**
10 **Reunião Ordinária, realizada em 26 de junho de 2024.** O Secretário-Executivo do Codefat substituto
11 indagou se havia alguma manifestação, em não havendo, colocou o item em votação, tendo sido

12 aprovado por unanimidade dos presentes. Observou que a ata ora aprovada seria disponibilizada
13 posteriormente para assinatura dos Conselheiros, via Processos SEI nº 19955.203000/2024-94.
14 Ressaltou a necessidade de os Conselheiros assinarem as atas que já foram aprovadas, e que se
15 encontravam no Sistema SEI, acrescentando que qualquer dúvida ou problema no acesso poderia ser
16 comunicada pelo e-mail institucional da Secretaria Executiva do Codefat (codefat@economia.gov.br).
17 Em seguida, passou ao **ITEM 2 - Proposta de Resolução que estabelece critérios e diretrizes para**
18 **instituição do Projeto Piloto SINE – Sociedade Civil, no âmbito do Sistema Nacional de Emprego –**
19 **SINE**. O Secretário-Executivo do Codefat substituto informou que seria apresentada versão atualizada
20 da presente proposta de resolução, que já incorporava apontamentos levantados pela Consultoria
21 Jurídica do MTE. O Consultor Jurídico do MTE, Sr. Ricardo Augusto Panquestor Nogueira, esclareceu
22 que a proposta em tela foi analisada por duas coordenações-gerais da CONJUR/MTE, dada a sua
23 materialidade, acrescentando que a versão a ser apresentada em seguida saneava as questões
24 apontadas nos pareceres da área jurídica. O Secretário de Qualificação, Emprego e Renda
25 (SEMP/MTE), Sr. Magno Rogério Carvalho Lavigne, relatou que a proposta em tela visava instituir
26 projeto piloto, com a duração de 2 anos, e início em 2025, com a finalidade de testar a viabilidade de
27 execução de ações e serviços do SINE por organizações da sociedade civil, bem como verificar seus
28 resultados. Ressaltou que a aferição dos resultados da execução do projeto piloto serviria de insumo
29 para decisão do Codefat acerca da implantação do SINE - Sociedade Civil em caráter permanente.
30 Esclareceu que poderiam aderir ao SINE - Sociedade Civil: i) Confederações Sindicais; ii) Centrais
31 Sindicais; iii) Sindicatos; e, iv) Organizações da Sociedade Civil, cujo estatuto social seja compatível
32 com ações desenvolvidas no SINE. Observou que o SINE - Sociedade Civil, desde que observada
33 disponibilidade orçamentária, bem como os critérios de pactuação das ações do SINE constantes das
34 regulamentações aprovadas pelo CODEFAT, poderia ser custeado pelas seguintes fontes de
35 financiamento: a) recursos próprios da instituição interessada; b) emendas parlamentares; e, c)
36 recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT. Declarou que no exercício de 2025, em havendo
37 disponibilidade orçamentária, seria realizado chamamento público para identificação dos
38 interessados, acrescentando que as instituições selecionadas deveriam apresentar as propostas e
39 planos de trabalho detalhando a forma de implementação e execução do Sine – Sociedade Civil,
40 incluindo os serviços que seriam ofertados, a serem avaliados pelo Coordenador Nacional do Sine. O
41 Secretário da SEMP finalizou, ressaltando que as unidades do SINE - Sociedade Civil seriam
42 classificadas em pequeno, médio e grande porte, conforme estabelecido na Resolução Codefat nº

43 780, de 14 de dezembro de 2016, observando-se a quantidade de atendimentos estimados: I)
44 Pequeno: até 30 atendimentos/dia; II) Médio: de 31 até 70 atendimentos/dia; e, III) Grande: superior
45 à 70 atendimentos/dia. O Secretário-Executivo do Codefat substituto abriu as inscrições para
46 manifestação. O Conselheiro Titular Representante da UGT, Sr. Francisco Canindé Pegado do
47 Nascimento, observou que as políticas de trabalho, emprego e renda eram regulamentadas pelo
48 Codefat (governo em conjunto com a sociedade civil). Destacou que alguns estados apresentavam
49 altas taxas de efetividade na implementação dessas políticas, acrescentando que seria interessante
50 trazer ao Codefat esses casos de sucesso. O Conselheiro Titular Representante da CTB, Sr. Joílson
51 Antonio Cardoso do Nascimento, ressaltou que o MTE poderia promover encontros e/ou seminários,
52 com a participação do Codefat, para discutir as políticas de trabalho, emprego e renda, visando
53 conhecer as experiências exitosas dos entes federados. Declarou que essa proposta de resolução
54 representaria um novo patamar para o Sine, em especial para a intermediação de mão de obra e a
55 qualificação profissional. O Conselheiro Titular Representante da CUT, Sr. Quintino Marques Severo,
56 informou que havia participado do debate da proposta de resolução em tela, acrescentando que o
57 projeto piloto poderia ser aperfeiçoado durante a sua implementação pelo governo e a sociedade
58 civil. Ponderou que os entes federados poderiam coordenar o Sine – Sociedade Civil, mas com a
59 sociedade civil indicando as prioridades. Declarou que considerava importante abrir espaço no início
60 das reuniões para breve relato dos representantes do governo, trabalhadores e empregadores sobre
61 a situação da economia brasileira. O Presidente informou que poderia ser programado convite aos
62 Secretários de Trabalho dos estados com melhor performance nas políticas de trabalho, emprego e
63 renda para apresentarem ao Codefat os casos de sucesso, no sentido de se trocar experiências.
64 Declarou que, dado o cenário que se desenhava, já deveriam buscar junto ao Congresso Nacional
65 como melhorar os valores para o FAT no orçamento de 2025, inclusive com o reforço de emendas
66 parlamentares. O Conselheiro Titular Representante da CNTur, Sr. Virgílio Nelson da Silva Carvalho,
67 informou que encaminharia ao MTE, a título de exemplo, uma cartilha de como solicitar emendas
68 parlamentares, elaborada para o setor de turismo. O Representante Titular Representante da Força
69 Sindical, Sr. Sérgio Luiz Leite, ponderou que proposta de resolução em tela já condicionava a
70 implementação do projeto piloto à disponibilidade orçamentária. Destacou que eventuais
71 apresentações dos entes federados sobre experiências exitosas de políticas de trabalho, emprego e
72 renda, poderia contribuir para justificar a proposta orçamentária do FAT para o exercício de 2025,
73 aprovada pelo Codefat, em especial para a intermediação de mão de obra e de qualificação

74 profissional. O Presidente do FONSET, Sr. Thalles Mendes Ferreira, declarou que o Fórum, em um
75 primeiro momento, havia se posicionado contrário à proposta de resolução em tela, o que foi
76 superado após conversas com o MTE, agradecendo ao Ministério pela oportunidade de discutir o
77 tema. Ponderou que o FONSET esperava que essa proposta de resolução contribuísse para o
78 fortalecimento do Sine, especialmente nos municípios menores, defendendo que o projeto piloto
79 fosse instituído em um ente federado bem estruturado. Destacou que considerava importante a
80 definição de uma estratégia, em conjunto, para promover junto ao Congresso Nacional o
81 fortalecimento das políticas de trabalho, emprego e renda. O Secretário-Executivo do Codefat
82 substituto indagou se havia mais alguma manifestação, em não havendo, colocou o item em votação,
83 tendo sido aprovado por unanimidade dos presentes. Na sequência, passou ao tópico **III – ASSUNTO**
84 **PARA APRESENTAÇÃO: ITEM 3 – Tema: Boletim de Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda**
85 **– 2º Trimestre de 2024, pela Subsecretaria de Estatísticas e Estudos do Trabalho – SEET/SE/MTE.** A
86 Subsecretária de Estatísticas e Estudos do Trabalho (SEET/SE/MTE), Sra. Paula Montagner, informou o
87 desempenho de alguns indicadores, conforme a seguir: I) População Economicamente Ativa – PEA:
88 109,37 milhões de pessoas; II) quantidade de ocupados: 101,83 milhões de pessoas; III) taxa de
89 desocupação: 6,90%; IV) taxa de informalidade: 38,6%; e, V) quantidade de empresas optantes pelo
90 MEI: 15,98 milhões de empresas. Na sequência, relatou o saldo mensal de empregos formais no
91 período de jun/2023 a jun/2024: i) junho: 155.695 empregos; ii) julho: 142.046; iii) agosto: 219.627;
92 iv) setembro: 204.935; v) outubro: 187.439; vi) novembro: 122.206 empregos; vii) dezembro: -
93 448.564 empregos; viii) janeiro: 168.103 empregos; ix) fevereiro: 306.212 empregos; x) março:
94 244.845 empregos; xi) abril: 239.838 empregos; xii) maio: 139.341 empregos; e, xiii) junho: 201.705
95 empregos. Declarou que no acumulado de janeiro a junho de 2024 foi registrado, de empregos
96 formais, 13.136.642 admissões e 11.836.598 desligamentos, resultando em saldo positivo de
97 1.300.044 empregos, sendo 1.028.231 empregos típicos e 271.813 empregos não típicos. Esclareceu
98 que eram considerados não-típicos os trabalhadores aprendizes, intermitentes, temporários,
99 contratados por CAEPF (Cadastro de Atividade Econômica da Pessoa Física) e com carga horária de até
100 30 horas. Registrou que havia 93 mil trabalhadores avulsos, segundo dados da RAIS, ano-base 2022.
101 Na sequência, relatou que o seguro-desemprego apresentava taxa de cobertura de 58,73%, resultado
102 de 1.536.608 segurados por data de demissão versus 2.616.290 demitidos sem justa causa.
103 Prosseguindo, informou a quantidade de segurados por modalidade e respectivo valor de recursos
104 pagos: i) formal: 1.663.220 trabalhadores e R\$11,49 bilhões; ii) doméstico: 45.066 trabalhadores e

105 R\$211,13 milhões; iii) bolsa de qualificação: 4.537 trabalhadores e R\$33,20 milhões; iv) pescador
106 artesanal: 400.755 trabalhadores e R\$1,49 bilhão; e, v) resgatado: 423 trabalhadores e R\$1,29 milhão.
107 Em seguida, destacou os principais dados do abono salarial: a) abonos identificados: 25.594.371; b)
108 valores de abonos identificados: R\$27,43 bilhões; c) abonos pagos: 17.096.527; d) valores pagos:
109 R\$18,67 bilhões; e) abonos a pagar: 8.497.844; f) valores a pagar: R\$8,76 bilhões; e, g) taxa de
110 cobertura: 66,80%. Prosseguindo, informou os principais dados da intermediação de mão de obra: I)
111 trabalhadores inscritos: 1.217.529; II) vagas oferecidas: 593.869; III) encaminhamentos realizados:
112 1.474.638; IV) trabalhadores colocados: 153.610; V) trabalhadores segurados colocados: 869; VI) taxa
113 de eficiência dos encaminhamentos - colocados/encaminhados: 10,42%; VII) taxa de eficiência dos
114 encaminhamentos dos requerentes do seguro-desemprego: 12,66%; VIII) taxa de adequação do perfil
115 das vagas - colocados/vagas: 25,87%; e, IX) taxa de esforço na captação de vagas - vagas/inscrições +
116 ativações: 48,43%. Informou que entre o 2º trimestre de 2023 e o 2º trimestre de 2024 verificou-se
117 um crescimento de 38,3% no número de vagas oferecidas pelo SINE, que passou de 429.529 para
118 593.869, um aumento de 164.340 vagas, geograficamente concentrado no PR (49,9 mil vagas) e em
119 SP (57,3 mil vagas). Destacou que foram registrados 189.239.465 acessos à Carteira de Trabalho
120 Digital e índice de 92% de satisfação dos usuários. Declarou que houve um declínio de demissões sem
121 justa, que saiu de 56,1% em 2020 para 45,0% no 1º semestre de 2024, e elevação dos desligamentos
122 a pedido, que saiu de 24,1% em 2020 para 36,0% no 1º semestre de 2024. Relatou que o MTE havia
123 efetuado uma pesquisa sobre os motivos dos desligamentos a pedido, conforme a seguir: i) objetivo
124 da pesquisa: coletar informações sobre as motivações das pessoas que solicitaram desligamento,
125 buscando caracterizar a situação do universo de 3,77 milhões de desligamento a pedido ocorridos
126 entre novembro de 2023 e abril de 2024; ii) método utilizado: solicitação de resposta voluntária a
127 questionário eletrônico, desenvolvido e hospedado pela DATAPREV; iii) universo dos pesquisados:
128 todas as pessoas desligadas a pedido receberam por meio do aplicativo da Carteira de Trabalho
129 Digital Mobile e Web, em seus equipamentos eletrônicos conectados à internet, solicitação para
130 responder a um questionário adicional, com cada IP podendo participar uma única vez da pesquisa; e,
131 iv) período da coleta: 10 a 21 de julho de 2024. Em seguida, apresentou os principais resultados da
132 pesquisa: a) no sudeste (38%), nordeste (37%), e sul (36%), destaca-se a existência de outro emprego
133 em vista; b) no centro-oeste (37%), e norte (34%), o motivo mais destacado é o baixo valor do salário;
134 c) o tema dos problemas éticos com a forma de trabalho da empresa e a falta de reconhecimento do
135 trabalho é referido por cerca de um em cada quatro dos desligados a pedido; d) a falta de flexibilidade

136 da jornada de trabalho e inexistência de outros benefícios monetários é indicado por 18% dos
137 desligados no sudeste, exceto SP; onde 17% mencionam problemas com as chefias imediatas; e) 25%
138 dos desligados do sudeste, exceto SP, e do nordeste, indicaram adoecimento por estresse do
139 trabalho; f) 23% de SP e 22% do sul, indicaram problemas de mobilidade entre casa e trabalho; g) 19%
140 dos desligados do sudeste e do nordeste estão buscando outro tipo de trabalho; e, h) 11% dos
141 desligados do centro-oeste, do sul e do norte, indicaram mudança de cidade de residência. Na
142 sequência, registrou as informações adicionais da pesquisa: i) 58% dos 4 milhões de desligados
143 voluntários entre nov/2023 e abr/2024 foram readmitidos; ii) para os que tinham empregos em vista,
144 79,9% obtiveram um novo trabalho; iii) dos 2,3 milhões que conseguiram recolocação no mercado
145 formal, 58% obtiveram salários mais elevados que no emprego anterior, e entre os que tinham
146 empregos em vista, 62% obtiveram melhores salários; e, iv) para 63% dos readmitidos o tempo para
147 readmissão foi de até 30 dias, e de 31 a 60 dias para outros 16% desses desligados. A Subsecretária da
148 SEET finalizou, destacando que as estatísticas do trabalho estavam disponíveis para consulta no Portal
149 do Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho: <http://pdet.mte.gov.br/>. O Secretário-
150 Executivo do Codefat substituto agradeceu à expositora do tema e, em seguida, abriu as inscrições
151 para manifestação. O Presidente do FONSET declarou que os entes estavam percebendo um
152 descrédito por parte dos empregadores em relação às cartas de encaminhamento de emprego
153 emitidas a partir do aplicativo Sine-Fácil, dado que o trabalhador inseria, em alguns casos,
154 informações de experiência profissional que não eram verdadeiras. Relatou que no DF, das 52 mil
155 cartas emitidas, foi observado que mais de 40% dos trabalhadores não foram a entrevista de
156 emprego. Informou que no sentido de minimizar essas faltas às entrevistas de emprego, o
157 Governador do DF estava baixando um decreto onde disponibilizaria transporte público gratuito, via
158 voucher, para o candidato se deslocar da agência do trabalhador até o local da entrevista. O
159 Conselheiro Titular da CNTur destacou a dificuldade do setor produtivo de encontrar trabalhadores
160 qualificados para ocupar vagas de trabalho mais técnicas. O Conselheiro Titular da UGT solicitou que
161 fosse informado os outros motivos para desligamentos a pedido, além dos que já estavam com outro
162 emprego em vista, bem como fosse apresentada a metodologia utilizada na pesquisa a partir da
163 Carteira de Trabalho Digital. O Presidente declarou que o aquecimento da economia levava a um
164 aumento da rotatividade de mão de obra, pois o trabalhador tendia a buscar novo emprego com
165 melhor salário. O Conselheiro Suplente Representante do MTE, Sr. Francisco Macena da Silva,
166 observou que seria importante os setores da sociedade civil encaminharem ao Ministério, via

167 Secretaria Executiva do Codefat, os seus dados sobre as políticas públicas de trabalho, emprego e
168 renda, para agregar informações ao Boletim em tela. O Conselheiro Suplente Representante da CSB,
169 Sr. Sandro Jadir de Albuquerque, agradeceu o atendimento à sua demanda de inclusão na referida
170 apresentação de dados sobre os trabalhadores avulsos, ressaltando que se tratava de uma categoria
171 que merecia uma atenção especial quanto à sua qualificação profissional. O Conselheiro Suplente
172 Representante da NCST, Sr. Geraldo Gonçalves de Oliveira Filho, observou que havia sido elevado o
173 índice dos que foram dispensados a pedido, mas também o de recolocação, destacando que haveria
174 um custo para qualificar os trabalhadores que seriam contratados para repor essa mão de obra. O
175 Conselheiro Suplente Representante da CNI, Sr. Mário Sérgio Carraro Telles, declarou que a
176 rotatividade de mão de obra também era uma preocupação para o setor empresarial. Em seguida,
177 informou que encaminharia à Secretaria Executiva do Codefat, periodicamente, as pesquisas
178 disponíveis sobre o setor industrial. O Conselheiro Titular da CTB observou que havia vários aspectos
179 que poderiam ser estudados, a depender da metodologia que seria utilizada, tal como o impacto das
180 novas tecnologias na colocação dos trabalhadores. A Subsecretária da SEET relatou que enviaria à
181 Secretaria Executiva do Codefat relatório da pesquisa, na forma de apresentação com gráficos, onde
182 seriam esclarecidas as questões levantadas na presente reunião, inclusive com demonstração da
183 metodologia utilizada, sem prejuízo de agregar outras informações no próximo Boletim. Ressaltou
184 que o Ministro havia baixado portaria criando um Grupo de Trabalho para estudar os impactos da
185 inteligência artificial sobre o mercado de trabalho nacional. Prosseguindo, o Secretário-Executivo do
186 Codefat substituto passou ao tópico **IV - OUTROS ASSUNTOS: ITEM 4 - Entrega dos seguintes**
187 **documentos: 4.1. Resumo das discussões da 173ª Reunião Ordinária do GTFAT, realizada em**
188 **07.08.2024**, elaborado pela Coordenação-Geral do FAT – CGFAT/DGF/SPT/MTE; **4.2. Boletim de**
189 **Informações Financeiras do FAT – 3º Bimestre de 2024**, elaborado pela Coordenação-Geral de
190 Recursos do FAT – CGRFAT/DGF/SPT/MTE; **4.3. Relatório de Execução da PDE – REL-PDE**; e, **4.4.**
191 **Relatório de Acompanhamento da Programação Anual de Aplicação de Recursos do FAT**
192 **Constitucional**, elaborado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. O
193 Secretário-Executivo do Codefat substituto informou que todos os documentos e arquivos da
194 presente reunião se encontravam disponíveis no processo SEI nº 19955.204420/2024-98. Em seguida,
195 abriu as inscrições para considerações finais. O Conselheiro Titular da CTB ponderou que em
196 decorrência dos inúmeros eventos que ocorriam na capital federal, os membros do Codefat tinham
197 dificuldades para encontrar hospedagem com custos compatíveis ao baixo valor disponibilizado para

198 diárias. Assim, solicitou que fosse verificada a possibilidade de o MTE disponibilizar hospedagem para
199 os conselheiros poderem participar das reuniões do Codefat com maior tranquilidade, e assim,
200 exercer seu papel social. O Presidente informou que o assunto seria encaminhado à Secretaria
201 Executiva do MTE para análise e manifestação. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar e
202 esgotada a Pauta, o Presidente deu por encerrada a reunião, agradecendo a presença de todos. E,
203 para constar, eu, Sandro Pereira Silva, Secretário-Executivo do Codefat substituto, lavrei a presente
204 Ata que, após aprovada, será assinada pelo Presidente do Codefat, demais membros do Colegiado, e
205 por mim.

LUIZ MARINHO
Presidente do Codefat e
Conselheiro Titular Representante do MTE

CARLOS AUGUSTO SIMÕES GONÇALVES JÚNIOR
Secretário-Executivo do Codefat

SANDRO PEREIRA SILVA
Secretário-Executivo do Codefat substituto

RAFAEL DE AZEVEDO RAMIRES LEÃO
Conselheiro Titular Representante do MF

EDUARDO LOURENÇO PIRES DA ROSA
Conselheiro Suplente Representante do BNDES

QUINTINO MARQUES SEVERO
Conselheiro Titular Representante da CUT

SÉRGIO LUIZ LEITE
Conselheiro Titular Representante da Força Sindical

FRANCISCO CANINDÉ PEGADO DO NASCIMENTO
Conselheiro Titular Representante da UGT

JOÍLSON ANTONIO CARDOSO DO NASCIMENTO
Conselheiro Titular Representante da CTB

GERALDO GONÇALVES DE OLIVEIRA FILHO
Conselheiro Suplente Representante da NCST

SANDRO JADIR DE ALBUQUERQUE
Conselheiro Suplente Representante da CSB

Continuação da Ata da 176ª Reunião Ordinária do Codefat

VIRGÍLIO NELSON DA SILVA CARVALHO
Conselheiro Titular Representante da CNTur

CAIO MÁRIO ALVARES
Conselheiro Titular Representante da CNT

MÁRIO SÉRGIO CARRARO TELLES
Conselheiro Suplente Representante da CNI

CARLOS ALBERTO D'AMBRÓSIO
Conselheiro Suplente Representante da CNC

RHUAN RAFAEL LOPES DE OLIVEIRA
Conselheiro Suplente Representante da CNA